



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

246ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA

RESUMO EXECUTIVO

DATA: 11 de dezembro de 2015

LOCAL: Carlton Hotel

CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Rodrigo Torres de Araújo Lima - Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia marques – Casa Civil

Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda

Rubens Bias Pinto – Ministério da Saúde

SOCIEDADE CIVIL:

FABIO JOSÉ GARCIA PAES- ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

ELISA MACIEL COSTA – ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL MAYLÊ SARA KALÍ

Carolina Freire de Carvalho de Carvalho- Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular

Vitor Cavalcante de Sousa Válerio – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani – Associação Brasileira de Educação e Cultura

Miriam Maria José dos Santos –Inspetoria São João Bosco- Salesianos

Raimunda Núbia Lopes da Silva – Central Única dos Trabalhadores –CUT

Djalma Costa- Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente –ANCED

Mauricio Enrique Diaz Vandorsee – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

CAROLINA OLIVEIRA BRANDÃO –SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

SOCIEDADE CIVIL

CATARINA DE SANTANA SILVA- FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

CLENIR DA TRINDADE XAVIER DOS SANTOS- ASSOCIAÇÃO LIFEWORDS BRASIL

José Carlos Sturza de Moraes- Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Josiane Gomes Soares- Conselho Federal de Psicologia –CFP

Antonio Jorge dos Santos- Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

DEMAIS PARTICIPANTES:

JOSÉ MARIA C. LIMA – MINISTÉRIO PÚBLICO/PA

PATRICK COSTA DE OLIVEIRA –G38 CEDCA/MG

JAMILE KLESIA DA S. SANTANA – G38 FUNDAÇÃO XUXA/RJ

RODMAN DA SILVA SANTOS – G38 CEDCA/ PA

LUCAS PINTO ALVES –G38/CE

GABRIEL FREIRES – G38 – SITUAÇÃO DE RUA /ES

LUCAS VINICIUS DE OLIVEIRA SOUZA- G38/PR

EMANUEL FELIPE –G38 REMAR/PB

TIAGO JOSÉ DOURADO MODENA - G38 /RO

ANTÔNIO ALISSON ALVES –G38/AC

FLÁVIA FERREIRA DO NASCIMENTO- G38 CEDCA/MA

DJEISON RIQUE –G38 CEDCA/ MT

Pauta:

08h00 – 09h00: Abertura, aprovação da pauta da 246^a e aprovação do Cronograma de Assembleias 2016;

09h00 – 10h00: Resolução sobre excessiva medicalização;

10h00 – 12h00: Participação na Entrega do Prêmio Direitos Humanos;

15h00 – 16h00: Avaliação Encontro pela Absoluta Prioridade dos Direitos da Criança e do Adolescente;

16h00 – 16h30: Pactuação com as comissões e GT's de suas metas para 2016;

16h30 – 17h00: Avaliação Sinase;

17h30 – 18h00: Orçamento Fundo;

18h00: Encerramento da 246^a Assembleia Ordinária do Conanda.

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 246^a e aprovação do Cronograma de Assembleias 2016;

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres (SDH) abriu 246^a Assembleia Ordinária, dando início aos trabalhos do Plenário. Em seguida o Plenário aprovou o calendário de reuniões para 2016. Sobre o calendário para 2016, o vice-presidente do Conanda, Fábio Paes (Aldeias Infantis), informou que a Mesa Diretora sinalizou sobre a necessidade de se reunir não apenas um dia antes da reunião, mas com mais dias de antecedência, com o objetivo de deliberarem sobre a pauta e encaminharem com antecedência a todos os conselheiros. Com algumas alterações e inserção de uma reunião extraordinária no mês de julho, o Plenário do Conanda aprovou o calendário de reuniões sugerido pela Mesa Diretora (documento anexo). O conselho ficou de definir sobre as assembleias descentralizadas. Sugestão de alargamento da Assembleia de fevereiro para se discutir com mais profundidade o Sinase. Conselheiro Antônio Jorge sugere sobre a possibilidade de juntar a Assembleia de Abril próxima à Conferência. Contudo, o conselho preferiu fazer a Assembleia com antecedência para ter mais tempo de planejar as atividades da conferência. Conselheiro José Carlos sugeriu fazer a reunião de julho para a semana anterior. O Plenário sugere que a data continue como está. Conselheira Miriam sugere que o Conanda faça um pacote em comemoração ao aniversário do Eca. Que todos os conselhos municipais façam uma mesa ação, no sentido de chamar a atenção da mídia. Poderia ser a pactuação de uma pauta única que poderia ser pactuada na Conferência de abril, por exemplo. O vice-presidente, Fábio Paes, sugere não uma proposta de cronograma que separe as pautas celebrativas com as pautas políticas do conselho, no sentido de não prejudicar as ações em construção do Conselho. Sugere, 12, 13 e 14 para julho, sendo que um dia desses ficaria para a pauta comemorativa a ser definida pelo Conselho. Em seguida, o vice-presidente também sugeriu algumas folgas dentro do calendário, no sentido de debater com mais profundidade algumas pautas. Então sugeriu uma pauta extraordinária no mês de julho, assim como haverá no mês de julho. Conselheiro Vitor sugeriu aprofundar o debate sobre a política nacional, retomada do plano decenal, no sentido de deixar produtos concretos para a próxima gestão do Conselho. E acrescentou que talvez as reuniões descentralizadas sirvam para isso, pensar esses assuntos a partir das reuniões do país. Conselheiro

José Carlos sugeriu também, como pauta estratégica, o debate sobre a reforma política do Conselho. Em relação a proposta da conselheira Miriam do Conselho prever uma atividade estratégica com os conselhos municipais para o aniversário do Eca em julho, o presidente Rodrigo sugeriu que a Comissão de Mobilização e Formação ficasse responsável por construir essa atividade, inclusive no âmbito do Plano de Comunicação. Sugere deixar o apontamento desta Assembleia Extraordinária de julho no cronograma e o Conselho faz uma avaliação sobre a necessidade da pauta e quais atividades seriam. O presidente Rodrigo Torres informou sobre a reunião da Mesa Diretora de janeiro e pede que os conselheiros façam sugestões das prioridades do Conanda para 2016 por e-mail para que a Mesa debata o planejamento para que depois o Plenário debata também. Em seguida o cronograma foi aprovado pelo Plenário.

Item **2.** Resolução sobre excessiva medicalização;

Principais pontos abordados: O conselheiro Rubens Bias (MS) fez o relato do processo de construção da resolução. Contextualizou o debate do tema que foi feito dentro da Comissão de Políticas Públicas e aprovação do texto pelo Plenário. Em seguida relatou a tratativa do texto com a Assessoria Jurídica da SDH, informou sobre as sugestões feitas pela Assessoria e que conseguiram, a partir de reuniões entre a Assessoria e alguns conselheiros, chegar a um texto final para a resolução. Em seguida o Presidente do Conanda, Rodrigo Torres (SDH), fez a leitura da minuta de resolução sobre o uso abusivo de medicamento por crianças e adolescentes. O Plenário debateu a questão do uso abusivo de medicamento por crianças e adolescentes em situação de acolhimento, em medidas socioeducativas, de semiliberdade e privação de liberdade. Conselheiro Vitor Cavalcante ressaltou que cabe aos conselheiros aprovarem a resolução e após complementá-la ao longo do processo. não podem O vice-presidente Fábio Paes (Aldeais Infantis) sugeriu aprovar o documento e posteriormente marcar um diálogo com o CNAS para pensar na resolução e uma pauta conjunta com o CNAS. Ocorreu votação nominal da resolução na plenária: Carolina Freire aprova, Marco Antônio da Silva Souza aprova, Antônio Dantas

Deliberação/Encaminhamentos:

- O Plenário do Conselho a aprovou com algumas alterações formais. O vice-presidente do Conselho, Fábio Paes, ressaltou a necessidade de se publicar a resolução no Diário Oficial ainda no ano de 2015 e da importância de se dá publicidade da ela.
- O presidente Rodrigo Torres (SEDH) sugeriu dialogar com o CNAS e ampliar com os demais conselhos que têm pautas comuns com o tema dos direitos de criança e adolescentes.
- **Resolução sobre excessiva medicalização**

Foi lida a resolução que indica o uso não abusivo de medicamento por crianças e adolescentes. Foi proposta nova redação de parte do texto, indicando que o medicamento *Ritalina* pode causar dependência química e psíquica.

Conselheiro [...]: “Considerando que os medicamentos psicotrópicos podem causar dependência química e psíquica”.

O grupo debateu a questão do uso do uso abusivo de medicamento por crianças e adolescentes em situação de acolhimento, em medidas socioeducativas, de semi-liberdade e privação de liberdade.

Conselheiro [...]: “Acréscimo no artigo sexto: indicação de unidades de privação de liberdade e de semi-liberdade”.

Vitor: Não podemos voltar a discutir a resolução. Ela não está completa, mas é um início dentro das questões reais e objetivas que tivemos. Cabe a nós levar a questão adiante e complementá-la ao longo do processo.

Diz que o Sinase é amplo, mas define nossa governabilidade que é a SDH.

Afirma que “não podemos abrir mão da questão dos meninos que estão institucionalizados. Nós sabemos o que está acontecendo, ninguém vê e acompanha os meninos dentro dessa instituição. Não podemos abrir mão, temos que entrar nas instituições”.

Fábio: Vamos fechar o documento e marcamos um diálogo com o CNAS, para pensarmos nessa resolução coletivamente com eles, para desenharmos a resolução. Já existem um desenho de pensar pautas conjuntas com o CNAS.

Sugeriu deixar registrado que o texto e a resolução estão denunciando a questão em todos os espaços e que ele gere os debates nos devidos espaços. “É importante deixar explícito para podermos gerar outros encaminhamentos depois”.

Rodrigo Torres: Vamos priorizar a pauta da medicalização e dialogar com o CNAS e ampliar com o diálogo com os demais conselhos que têm pautas comuns com o tema dos direitos de crianças e adolescentes.

Votação nominal **da Resolução.**

Carolina – aprova

Markinhos – abstenção

Dantas – aprova

Elisa – aprova

Edmundo – aprova

Clenir – aprova

Gimena – aprova

Vitor – aprova

Mirian – aprova

Fabio – aprova, com a observação para encaminhamento com o CNAS.

Núbia – aprova

Djalma – aprova

Maurício – aprova

Josi – aprova

Magali – aprova

Jordelino – aprova

Rodrigo – aprova

Rubens – aprova

Resultado: 17 favoráveis e 01 abstenção

Markinhos: Em relação à votação, ele sugeriu fazer a contagem de quem pode votar e votar por aclamação para agilizar a votação. Em casos polêmicos podemos votar assim.

Fábio: Foi aprovado e peço a atenção do Rodrigo, que está próximo à SDH, que garanta a publicação ainda esse ano, para marcarmos posição e darmos visibilidade a ação.

Magali: Estou muito feliz e satisfeita com o resultado final da resolução. Estou feliz pois foi um processo muito construtivo. É a função do conselho viabilizar as coisas de maneira transparente e produtiva.

Rodrigo: Essa ação pode servir de modelo para os outros trabalhos que virão.

Vitor: Precisamos conversar também com o Conselho Nacional de Educação (CNE), pois também existe o uso abusivo de medicamento nas escolas, inclusive com denúncia na mídia.

Foi feita a proposta de, antes de fazer agenda, é importante visitar o CNE e ver a sua dinâmica e se existe a possibilidade de fazer conjuntamente, pois o CNE tem uma funcionalidade diferenciada.

Conselheiro [...]: “O Conanda tem uma função transversal e tem que garantir a sua autoridade e autonomia que tem. Não temos que nos submeter aos outros conselhos pois somos tão autoridades quanto eles”.

Votação [...]

Carolina – aprova

Markinhos – abstenção

Dantas – aprova

Elisa – ausente

Edmundo – aprova

Clenir – aprova

José Carlos – aprova

Gimena – aprova

Vitor – aprova

Miriam – aprova

Fábio – aprova

Núbia – aprova

Djalma – aprova

Maurício – aprova

Josi – aprova

Magali – aprova

Jordelino – aprova

Rubens – aprova

Rodrigo – aprova

- **Avaliação Encontro pela Absoluta Prioridade dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Inicialmente, o conselheiro Markinhos propôs suspender a avaliação do Encontro *Pela Absoluta Prioridade da Criança e do Adolescente*, devido ao baixo quórum de conselheiros na reunião. No entanto, o conselheiro Rubens propôs que não se desperdiçasse o momento e que se focasse nas primeiras impressões do que foi o encontro.

A secretaria-executiva do Conanda, Maria Gutenara, afirmou que o propósito desta avaliação era discutir, em um primeiro momento, se os objetivos do encontro foram alcançados.

Após esse breve debate, cada conselheiro e adolescente do G38 presente na reunião do Conanda teve três minutos para descrever os pontos que considerou mais relevantes do Encontro.

Abaixo, seguem alguns pontos positivos levantados durante o processo avaliativo, na assembleia do Conanda.

- A diversidade de participantes, vindos de diferentes localidades e de diferentes segmentos.
- Criação de um novo espaço de participação, diverso e plural.

- Capacidade demonstrada pelas equipes da Flacso e da secretaria-executiva do Conanda em resolver problemas e lidar com crises ao longo do encontro.
- Protagonismo do G38, tanto para conduzir grupos como para auxiliar o trabalho dos conselheiros do Conanda.
- Crianças e adolescentes tiveram vez e voz e puderam expor sua opinião ao longo dos debates e das rodas de diálogo.

Entre os pontos problemáticos e sugestões, foi mencionado:

- A sala na qual aconteceu a roda de conversa referente ao segmento *crianças e adolescentes* foi inadequada para comportar a quantidade de participantes. Era pequena e o calor tornou o trabalho desagradável.
- Não houve estrutura adequada para garantir acessibilidade à pessoa cadeirante, bem como não existiu material impresso apropriado para o participante com deficiência visual.
- Crianças e adolescentes com deficiência continuaram invisibilizados durante o Encontro.
- Estar atento à metodologia do encontro direcionada à participação das crianças. Ela deve ser diferenciada, uma vez que a dinâmica de participação das crianças se distingue da dos adolescentes e adultos.
- Concentração de participantes vindos do centro-sul do Brasil. O Conanda deve garantir a participação proporcional de participantes vindos de todas as cinco regiões do Brasil.
- Discutir, com antecedência, com educadores e adolescentes do G38 o acompanhamento das crianças durante o encontro.
- Pensar e elaborar um protocolo/política de segurança voltada à participação de crianças e adolescentes nos eventos do Conanda.
- Os conselheiros do Conanda devem se dividir em tarefas pré-determinadas na formulação e condução das atividades, de maneira a dirimir conflitos.
- Organizações indicadas por uma conselheira não foram contatadas a tempo para participar do evento nem receberam o convite.
- Houve a percepção por parte de alguns participantes de que o encontro tinha natureza deliberativa, o que não era objetivo da atividade.

Rodman Santos (G38/Pará): Falando numa linguagem de participante, de quem veio pra participar: Primeiro, queria agradecer ao Conanda e à Flacso que realmente realizou um encontro que representou toda a diversidade cultural brasileira. Nunca participei de um encontro assim. Foi a marca, todos estes outros pontos foram bons. Os painéis, as rodas. Meu objetivo como participante foi ultrapassado. Eu esperava algo e foi bem melhor.

Eu aprendi muito em momentos tão fortes, que trouxeram de fato alguma diferença. Esse encontro trouxe uma coisa diferente, porque tinha pessoas diferentes, com realidades diferentes.

Um ponto negativo que eu considero em termos de estrutura: no trabalho em grupo de criança e adolescente, a sala estava pequena. Deveria ter sido um espaço maior. Eu não vi problemas ainda. Como participante, eu dou parabéns por realizar este evento de forma tão diferente, que me encantou.

Patrick Costa (G38/Minas Gerais): O Rodman me contemplou na maior parte da fala. Queria falar como a equipe da Flacso e do Conanda conseguiram passar por cima dos problemas, questão de hospedagens, por exemplo. Outro ponto positivo foi o decorrer de como aconteceu os trabalhos em grupo. Crianças e adolescente tiveram voz, a gente pode conduzir os grupos. O G38 conduziu grupos e ajudou os conselheiros.

Meu ponto negativo em relação à acessibilidade. O elevador estava consertando, tiveram que carregar o cadeirante. E o deficiente visual também. Esses pontos não foram contemplados.

Tiago Modena (G38/Rondônia): Ao se tratar de metodologia, o evento foi ótimo. Quando nós ouvimos crianças e adolescentes falarem, sabemos que eles foram prioridade. Infraestrutura foi muito boa, mesmo com erros pequenos. Quando nós comemoramos os 25 anos do ECA, refletimos como é importante a participação de crianças e adolescentes. A minha avaliação foi ótima. Principalmente com a iminência da conferência.

Gabriel Maciel (G38/Espírito Santo): A participação de crianças e adolescentes foi um pouco melhor. Eu pude ver a presença de crianças e adolescentes participando, tendo voz e tendo vez. Tem só coisas de logística que pode ser melhorada. Em relação ao evento foi ótimo. Parabéns.

Djeison Rique (G38/Mato Grosso): O diferencial foi a pluralidade. Teve as culturas integradas e trocas de experiência. Eu concordo com o Fábio em relação a isso de extrapolar os espaços, essa coisa de fazer na rua. Para a visibilidade do G38 foi ótimo. Foi dinâmico.

Eu senti falta um combinado prévio com os participantes. Uma certa orientação, combinados de convivência. Isso é necessário quando há um evento com crianças e adolescentes.

Lucas Bertolucci (G38/Paraná): Primeiro, gostaria de dar parabéns ao excelente trabalho da secretaria-executiva do Conanda e à Flacso. Desde passagem e formulário, nesse evento não houve nenhum problema. A estrutura foi excelente. Hotel, refeições. Além da diversidade dos grupos que participavam.

Alisson (G38): Eu gostei muito dos painéis, me senti contemplado pela fala do Lucas.

Rodrigo Torres (presidente do Conanda): Queria agradecer a Thaís, principalmente, por toda calma em resolver as coisas. Queria agradecer a Maria, por ter a sensibilidade e cuidado de resolver tudo. Agradeço a toda equipe da secretaria-executiva.

O que mais me impressionou foi que criamos um espaço novo de participação, que contou com uma quantidade enorme de pessoas, que sentem na pele as violações. A gente contou com as pessoas que fazem parte da rede, que cuidam das garantias e com a participação dos

adolescentes, para ouvir o que eles queriam. Foi tudo muito integrado, alinhado. O encontro é um indicativo de que teremos um 2016 diferente.

A gente brinca que há sempre uma oposição entre sociedade civil e governo, mas no geral é preciso um alinhamento fundamental, que é a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A gente tem muito o que alinhar ano que vem em termo de prioridades. A gente tem que trabalhar alinhado, em harmonia, para o ano que vem.

Lucas Alves (G38/Ceará): O evento foi muito bom. Mas a estrutura do hotel deixou muito a desejar na parte da oficina com as crianças e adolescentes, não estava confortável, estava um calor. Esse momento não foi bom.

A gente também tem que pensar na metodologia para chegar nas crianças. Na quarta, quando estava todo mundo junto, as crianças ficaram vagando no hotel, durante a roda de conversa mista. A gente tem que pensar, para a conferência, esse momento com eles. O trabalho em grupo não tem a mesma dinâmica para as crianças.

O menino com deficiência visual, não pudemos ajudar. Tivemos que ler o que tinha na cartilha para o Lucas. Isso tem que ser pensado.

Clenir (Conselheira): Pelo espaço de tempo que tivemos para a organização desse evento, é impressionante o que aconteceu. Está de parabéns a equipe que organizou, a Flacso e a secretaria executiva do Conanda. As equipes demonstram uma capacidade enorme de lidar com crises e seres humanos.

Aquilo que a gente podia fazer numa próxima vez: a metodologia do trabalho com crianças e adolescente tem que ter mais cuidado, para ter tempo gasto com eles, sem ser improvisado. Foi difícil encontrar os educadores e o G38, para esses combinados.

A estrutura, já tínhamos previsto, que a sala para adolescentes e crianças não daria conta. Atrasamos uma hora a atividade com criança e adolescente e não concluímos devido ao atraso. Não podemos apressar criança e adolescente.

Na próxima vez, vamos gastar tempo com a metodologia voltada a crianças e adolescentes. Me proponho a estar junto pensando essa metodologia.

Também devemos pensar numa política ou protocolo para lidar com crises que envolvem crianças e adolescentes nos eventos. A gente iria prevenir muita coisa e definiria quem é responsável pelo quê.

Antônio Jorge (Conselheiro): Minha preocupação é nos dividirmos enquanto conselheiros em tarefas pré-determinadas, para diminuir os conflitos. Temos que dividir tarefas usando nossos conhecimentos.

Temos que pensar a metodologia que vamos avançar em 2016 em relação ao G38: o que queremos com eles? Por que eles estão aqui? Isso tem que se construir até fevereiro.

Em relação ao encontro, o grande mérito foi ouvir das pessoas que elas se sentiram reconhecidas. E pessoas críticas disseram isso. E foi muito legal você misturar o acadêmico com os guetos e as vielas. E houve respeito de culturas e conhecimento.

Josi (Conselheira): Para mim, foi o primeiro evento que participei, tão grande e tão organizado. A menina que cortou a cabeça, não foi nada perto do que poderia ter sido. Junta adolescente, parece que seria badernaria, mas não foi nada disso.

Queria destacar o nome do Antônio Jorge, Markinhos, Elisa e José Carlos, que estavam à frente. E queria destacar o nome da Cleide, da secretaria-executiva do Conanda. A junção dos três atores (Conanda, SDH e Flacso) foi fundamental.

Maurício (Conselheiro): Se considerarmos o evento como um processo de escuta, acho que foi um sucesso. Um comentário do Zé Carlos, quando disse que a comissão organizadora não organizou, temos que ver o que foi isso.

Sobre infraestrutura, espero o relatório para saber quanto custou, a fim de saber se houve uma boa relação custo-benefício.

Núbia (Conselheira): Até agora, eu percebo que o Conanda tem dado um salto muito grande em relação à participação e diálogo com os demais conselhos estaduais de direitos de crianças e adolescentes.

O G38 foi um acerto do Conanda, em trabalhar essa participação. Eu senti que vocês (G38) se sentiram donos do evento, da condução, daquela alegria, daquela leveza, devido a essa forma de vocês verem o mundo, pela idade que vocês têm.

Uma coisa que ficou claro é que as questões que batem a nossa porta continuam vindo à tona, independentemente do tamanho do evento: nós temos um problema sério de diferença regional. O Conanda tem que dar um retorno para isso. Você vê nos grupos: o pessoal do Norte reclama muito, porque não consegue chegar aqui. A gente pode falar que é a questão da logística do recurso, mas será mesmo? Precisamos acertar esse passo.

Em relação ao Judiciário: como é que o Judiciário trata criança e adolescente nos nossos estados? Ouvimos isso em todos os grupos: o pouco caso que o Judiciário faz, no caso as secretarias de justiça. Essa é uma questão que quero chamar atenção e a gente precisa dar retorno, enquanto Conanda.

Em nossas escolas: a história da militarização das escolas. O Conanda não pode ficar calado. Tem que cobrar do Conselho Nacional de Educação.

Do ponto de vista da organização, parabenizo a todos.

Carol (Conselheira): Foi marcante o mapa, para perceber o quanto estamos centralizados no Sul e Sudeste. A dinâmica ficou clara.

Eu não vi a questão da acessibilidade, nem para espaço físico nem para material. Eu tinha aprovado isso em reunião do Conanda e falei com a Thaís, para buscar como faz esse material acessível. Mas ela só pode executar algo que foi aprovado institucionalmente no conselho.

A gente viu que as nossas indicações foram excluídas da participação sem melhores explicações. Algumas organizações que indicamos enquanto conselheira do Conanda não receberam o convite a tempo.

O tema da acessibilidade ficou invisível. As crianças e adolescentes com deficiência ficaram de fora.

Temos que avaliar o que queremos com o grupo do G38.

Rubens (Conselheiro): Os debates foram aquém do que eu esperava e o do que eu acho que é necessário para avançar.

Destaco a participação e protagonismo dos adolescentes. Isso não é trivial. Eu nunca vi acontecendo do jeito que aconteceu essa semana.

Sugiro que o Conanda se debruce sobre a questão das ocupações das escolas em São Paulo, levando em consideração o protagonismo político dos adolescentes bem como a violação de direitos perpetrada pela polícia.

Sobre o papel do G38: Como conviver com o estabelecimento de bases mínimas com quem está chegando, com discussões mais abrangentes e um nível de criação de base comum com os adolescentes? E ao mesmo tempo avançar nos debates enquanto Conanda. E utilizar o que os adolescentes trazem de substrato e poder se transformar em ação para o Conanda?

Jordelino (Conselheiro): No início, a grande preocupação era que o hotel onde aconteceria o evento ficava do lado do shopping. Dizíamos que iria haver uma desmobilização. Mas não houve. Não teve a dispersão que eu achava que ia ter. Parabéns a todos. Quero parabenizar a Flacso, pela atenção e cuidado com os adolescentes. E também a secretaria-executiva do Conanda.

Lacerda (Conselheiro): O protagonismo dos adolescentes e das crianças foi a marca do evento.

Em relação à metodologia, isso de momentos juntos e separados de crianças, adolescentes e adultos. Aquele medo de que os adultos pudessem inibir a participação de crianças e adolescentes, acho que foi o contrário que aconteceu.

Mas temos três desafios: a diversidade foi desproporcional. Tivemos concentração de determinado segmento em relação a outro. O movimento do campo, por exemplo. Uma liderança da floresta não veio porque ninguém pagou a passagem de barco. Por isso uma concentração do Sul e Sudeste. A gente precisa cuidar de quem não tem historicamente a possibilidade de participar.

Há um desafio que precisamos cuidar até a conferência: esse evento era consultivo, mas para muitas pessoas ficou parecendo que ele deliberou. Nós seremos cobrados pelas deliberações. Precisamos ter cuidado na discussão dos grupos. As pessoas puderam colocar as propostas. O que faremos com isso para relacionar com a conferência? Esse é o desafio até a conferência.

Sheila (Conselheira): As pessoas saíram daqui pensando que algo foi deliberado. De que forma a gente vai fazer esse processo de articulação?

A metodologia com criança precisa, sim, ser discutida. Qual o objetivo em relação à participação dessas crianças? Conversei com algumas que não gostaram do momento. Temos que fazer atividades paralelas com essas crianças. E elas foram heroínas. Foram guerreiras. Isso precisa se pensar na conferência e outros encontros, tanto para outras crianças como para o G38.

No todo, o encontro conseguiu atingir seu objetivo, no sentido de trazer as pessoas e elas terem voz.

Miriam (Conselheira): A ministra Nilma Lino devia ter vindo na abertura e no encerramento.

Foi importante a participação das crianças e foi uma prévia para a conferência, pois a gente tinha muita resistência. Foi ótimo. Porque senão a gente teria esse problema na conferência.

A gente precisa repactuar com os conselheiros estaduais o seu papel em relação à indicação e acompanhamento das crianças e adolescentes. Eles também têm responsabilidade no cuidado e segurança desses meninos.

Heloísa (Conselheira): Estamos aprendendo a inserir criança e adolescente no contexto do Conanda, na prática. Fazendo e aprendendo. Mas a gente precisa fazer com mais planejamento. Quando vi a menina cortada, pensei: será que a gente tem um protocolo de segurança. Qual é a regra? Isso a gente pode pegar em organizações internacionais que trabalham com crianças, por exemplo.

Eu acho que também faltou o combinado prévio, do que se espera da participação da criança e do adolescente no evento. A gente tem que ter tudo isso bem documentado.

Sobre o G38, a gente não tem a estratégia de participação de adolescente no Conanda definida. Como eles são escolhidos, qual a responsabilidade do Conanda e dos conselhos estaduais, o padrão de comportamento que se espera, o mandato. Temos muita responsabilidade em relação a eles.

Elisa (Conselheira): Eu tinha me colocado a responsabilidade de fazer um relatório de todo o evento.

Existem momentos em que existe um marco na vida da gente, você modifica o processo. Escutei várias pessoas dizendo que um encontro como esse se diferenciou dos demais eventos do governo. Foi importante inserir essas pessoas que nunca passam por conferências.

Todas as pessoas que organizaram esse encontro foram acima dos cargos que ocupam, senão não tinha saído. No fundo, eu tenho orgulho em dizer que, no ano de 2015, foi a primeira vez que várias comunidades tradicionais desse Brasil, que jamais estiveram em um encontro com escopo como esses, foram incluídas. Dessa vez, eles estavam aqui construindo o futuro de seus filhos e filhas. A minha satisfação disso cobre a gama dos pequenos problemas que aconteceram e podemos resolver.

Essa é a hora de todo mundo ajudar a levar o barco. Já existe uma idéia de protocolo, é necessário, é uma conversa que temos que fazer. E todas as outras estruturas a gente está pensando e conversando.

Markinhos (Conselheiro): Que nós pudéssemos incluir na próxima avaliação a presença dos educadores. Precisamos do olhar deles para saber como se dá esse processo com os profissionais, que atuam de forma voluntária.

Num ponto de vista mais geral, queria agradecer e destacar o desdobramento do nosso convênio, que tem como foco a questão da não redução da maioria penal. Superamos algumas barreiras já.

Estamos num processo muito novo, de trazer os adolescentes para participar dos espaços. Nosso exercício é ver o protagonismo juvenil acontecendo agora no Brasil.

- **Pactuação com as comissões e GTs de suas metas para 2016**
- **Avaliação Sinase**

Foi feita a proposta de a mesa diretora do Conanda se reunir 15 dias antes das assembleias ordinárias do conselho.

Fábio: Sugere fazer uma reunião extraordinária em março, para discutir somente o Sinase e propor que “possamos sempre fazer reuniões extraordinárias para temas mais complexos e mais polêmicos”.

Djalma: O Sinase é urgente, mas os planos também são e estão parados desde 2014. O Sinase também tem uma questão de prazo. Vamos trazer essa pauta para fevereiro.

Fábio: Estamos dando respostas muito pontuais, em relação às denúncias que estamos recebendo. Assim, precisamos nos debruçar sobre o Sinase para poder responder e encaminhar as questões.

Foi feita a sugestão de ampliar a reunião de fevereiro, organizada em GTs e assembleia, a ser realizada nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro.

Miriam: Em julho, é aniversário do ECA. É importante estarmos nos estados, fazendo ações e atos.

Ela sugere que troque a reunião para semana anterior e diz que se deve fazer um “pacote”, orientando a ação de maneira nacional. Organizar uma pauta única, com uma programação única para todas as localidades.

Fábio: Devemos organizar e não misturar pauta comemorativa com encaminhativa. Podemos pensar em aprofundar no primeiro semestre o Sinase e, no segundo semestre, pensar em outro tema polêmico que precisamos aprofundar.

Vitor: Temos mais um ano de mandato e precisamos deixar algo de concreto. Estamos discutindo pela terceira vez o Plano Decenal, mas ainda não temos ou deixamos nada de concreto. Temos que fechar a questão do plano e deixar algo encaminhado para os estados e municípios.

Rodrigo: Em fevereiro e julho, nos dias 12, 13 e 14, serão três dias para pensarmos o planejamento das ações.

Fábio: Vamos definir as pautas extraordinárias em fevereiro.

Rodrigo: A mesa diretora se reunirá em janeiro para fazer o planejamento e vamos receber por e-mail sugestões;

Carol: Também haverá reunião da comissão organizadora da conferência.

Foi encaminhada aprovação do calendário, da assembleia em fevereiro e julho, com duração de três dias.

Complemento da discussão após o almoço:

Vitor: A mesa diretora solicita que os GTS levantem o que vocês têm para apresentar as metas em 2016. Queremos andar os encaminhamentos para a plenária de fevereiro. A gente quer receber aquilo que vai ser de meta e de encaminhamento para 2016.

Rubens: Fazer avaliação de 2015 e estabelecer as prioridades de 2016. A gente solicita que seja feita um dia de trabalho, considerando que não tem convocação para dezembro.

Vitor: Em fevereiro, já estão previstos três dias de plenária. Isso significa que estamos definindo 16, 17 e 18 a plenária. E dia 16 seria o dia das comissões.

Avaliação Sinase

Está prevista, na legislação do Sinase, uma avaliação trianual do sistema. Ela será realizada por uma comissão do Conanda em conjunto com a Coordenação do Sinase, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Os conselheiros Jose, Miriam e José Carlos irão compor a comissão de avaliação do Sinase.

A conselheira Miriam explicou, em plenária, a especificidade do trabalho dos Salesianos em relação às medidas socioeducativas, de maneira relativizar sua participação na comissão de avaliação do sinase.

No entanto, foi entendido em plenária que seu nome era adequado para compor a comissão. A **conselheira [...]**, representante do Conselho Federal de Psicologia, indicou seu nome para compor a mesma comissão, argumentando que há 15 anos acompanha o Sistema Socioeducativo.

Discussão a respeito dos artigos do Decreto

Proposta de pauta do conselheiro Edmundo: Debater o **artigo 84, alínea b** de projeto de lei relacionado aos recursos para organizações da sociedade civil

Rodrigo: Já houve indicação do jurídico da Presidência da República, para a SDH alterar o posicionamento dado anteriormente. Assim que acabar aqui, eu vou lá resolver isso. E ver essa interpretação junto com nossa área jurídica. Para tentar conseguir essa mudança de posição. Eu saindo daqui vou sentar com ela e tentar fechar posição.

Djalma: Uma questão que se reclama muito é a necessidade de assessoria parlamentar neste conselho. Se nós deixarmos o artigo 84 passar, o reordenamento institucional vai por água abaixo. Isso é o retrocesso. É uma prática que acontecia na década de 1980. Dá abertura para a empresa ir direto nas entidades e comprar o plano de trabalho. Nós temos que ter instrumentos mais pedagógicos e didáticos para que as organizações tenham acesso aos recursos dos fundos. Sugiro ao Conanda que, além de acompanhar, deve ser feito um ofício do conselho manifestando nossa indignação para esse tipo de documento, que prejudica as organizações.

Miriam: A gente agora está chorando o leite derramado. Devíamos ter feito antes essa mobilização. A gente pode levar algo já pronto à presidência da República. A gente tem o decreto do fundo a fundo. A última notícia de que a gente teve desse decreto é que estava na mesa da Casa Civil. A última notícia do decreto fundo a fundo e da chancela é que estava na Casa Civil para avaliação. Precisamos levar algo para a PR, porque senão vai passar. As

instituições que pleitearam foram mais espertas do que a gente. Alguém se mobilizou mais do que a gente no Congresso Nacional. O que eu defendo é que a gente apresente para ela a alternativa: uma do fundo a fundo e uma da chancela.

Magali: Eu vou levar essa questão do mérito do artigo do projeto, porque minha área analisa o mérito.

O decreto da chancela foi devolvido para a SDH, e nós ficamos de retomar essa conversar. Não está na Casa Civil para análise. A gente tem que retomar.

Beto: No artigo 84, não há problema. Ele simplesmente acaba com a relação entre sociedade civil e a lei 8666, que nunca serve para nós. Essa lei estabelece uma nova proposta entre poder Público e sociedade civil. O pessoal aproveitou e jogou outras coisas. O 84 a dá suporte à 13.019.

Vitor: O que se está discutindo aqui é são **as alíneas b e c**. Nosso encaminhamento pode ser requerer – não sei se em termos de SDH, talvez seja quem tem – o veto dos artigos 84 b e c e apresentar como contraproposta o andamento do decreto de chancela e a discussão do fundo a fundo.

Rodrigo: A SDH foi consultada a respeito deste projeto e já se manifestou que não havia oposição. Isso pode ter passado. Não sei se há alguma ressalva a esse artigo. Nós vimos e há possibilidade de alterar o posicionamento da SDH e do ministério. Estamos correndo com o Sottili para fazer um parecer novo. Não podemos encaminhar que a SDH faça isso, depende da ministra.

O encaminhamento pode ser o compromisso da SDH para encaminhar o posicionamento do Conanda. Afirmar no parecer que o Conanda é contrário, o que reforça a posição contrária da SDH. A minha interpretação é de veto dos dois, e é isso que a gente vai dizer para a ministra.

O encaminhamento é levar a posição do Conanda contrária a estes artigos e o pedido de veto do art. 84 b e c.

Maurício: Fica difícil, para mim, votar sem escutar o movimento que represento.

Vitor: A proposta de tentar facilitar a vida da sociedade civil é plausível. Eu fico receoso porque a gente está falando de recurso público. O que vai ser descontado do IR dessas empresas é dinheiro público. Se vai direto da empresa para a entidade, isso é preocupante. Quando se joga no fundo, está se avaliando projeto e repassando para as organizações. Se não fizer isso, fragiliza os fundos e os conselhos. É matar de vez todo o processo democrático.

Magali: Como trabalho na Casa Civil, e não sei avaliar, eu prefiro me abster de votar.

Antônio Jorge: Teve um lobby forte ontem no Congresso Nacional. Nós perdemos. A discussão foi séria e o pessoal usou do lobby das grandes entidades.

Vitor: O prazo para a sanção do projeto é segunda-feira. Iremos posicionar o Conanda frente aos dois artigos ou não?

Rodrigo: Acho que sim. Vê se tem segurança para as pessoas se posicionarem.

Djalma: Eu queria apelar a este plenário, independentemente disso, eu tenho um compromisso com a história. O que está posto aqui é as grandes organizações querendo pegar dinheiro por fora. Esse conselho não pode pactuar com isso, pois fragiliza os conselhos.

Proposta de Votação: O Conanda vai tomar o posicionamento de veto do artigo 84 alíneas b e c apresentando como alternativa o decreto de chancela e o decreto fundo a fundo como anexos.

Carolina – favorável, com ressalva de que faltaram estudos e pareceres do Conanda

Marquinhos – favorável, com ressalva de que faltou estudos pareceres do Conanda

Dantas – favorável

Elisa –

Edmundo – favorável a veto com a proposta de chancela e o fundo a fundo

Clenir –

José Carlos –

Manoel Torquato –

Gimena – favorável

Vitor – favorável

Miriam – favorável

Beto – favorável

Núbia – favorável

Djalma – favorável

Maurício – abstenção

Josi – abstenção

Magali – abstenção

Joderlino – favorável

Rubens – abstenção

Rodrigo – abstenção, muito na lógica de aprofundar o debate na audiência.

Rodrigo: Então foi aprovado. O Conanda vai fazer um posicionamento contrário. Vamos correr com isso hoje para encaminhar ainda hoje. O Conanda vai solicitar à presidência o veto.

Convite para participação de conselheiro em evento

Vitor: A gente recebeu o convite de um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Amazonas para um evento agora em dezembro. Solicitam um palestrante do

Conanda para falar sobre o ECA 25 anos. Queremos um conselheiro que possa se dispor a ir para essa conferência de abertura, no dia 14.

Orçamento Fundo

Encaminhamento: O orçamento do Fundo será enviado pelo presidente do Conanda, Rodrigo Torres, para os demais conselheiros, que poderão avaliá-lo e discuti-lo em plenária na assembleia ordinária do Conanda de fevereiro.

18h00: Encerramento da 246ª Assembleia Ordinária do Conanda.